

SAÚDE MENTAL PARA A POLÍCIA

O POLICIAL CIVIL, POLICIAL MILITAR OU BOMBEIRO SE SUBMETERÁ A:

- **prévia avaliação psicológica, no concurso de admissão;**
- **avaliação psicológica especial, 60 dias antes do fim do estágio probatório;**
- **avaliação psicológica ordinária, a cada cinco anos (no máximo);**
- **avaliação psicológica extraordinária, sempre que necessário.**

SE O SERVIDOR FOR REPROVADO, PODERÁ SER:

- **afastado para uma função diferente;**
- **suspensão temporariamente de qualquer função;**
- **encaminhado para tratamento de saúde mental;**
- **demitido;**
- **aposentado por invalidez.**



CCJ

PMs terão que estudar Direitos Humanos nos cursos de formação

O projeto de lei que prevê o estudo dos Direitos Humanos na formação dos policiais militares deverá ser discutido na reunião da Comissão de Justiça do Senado marcada para a próxima quarta-feira. Pela proposta, de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), o tema poderá ser ministrado em disciplina própria ou mediante o aprofundamento dos currículos já existentes. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) deu parecer favorável. Ele considerou necessário

dotar os policiais de habilidades que permitam um contato mais equilibrado com a população.

Outra proposta na pauta da CCJ é a que disciplina a participação popular na elaboração do orçamento, recentemente examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O autor da proposta, que tem parecer contrário do relator Edison Lobão (PFL-MA), é o senador Pedro Simon.

PÁGINA 3

Plenário deve votar avaliação de policial

Projeto de lei é uma das nove matérias na pauta do esforço concentrado

O Senado incluiu na pauta de amanhã, primeiro dia de seu esforço concentrado, projeto de lei que obriga o policial a se submeter a uma avaliação psicológica a cada cinco anos de atividade. Já aprovada pela Câmara dos Deputados, a proposta tem o objetivo de evitar que policiais com distúrbios de comportamento, provocados pelo estresse da profissão, continuem trabalhando na rua e portando armas. Na Comissão de Justiça, recebeu parecer favorável do

senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Está na ordem do dia também, para discussão, a emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita gastos das câmaras municipais e das assembleias legislativas. Na mesma sessão o plenário apreciará projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que torna obrigatório o ensino de espanhol nas escolas de primeiro e segundo graus dos estados que fazem fronteira com países do Mercosul.

Na quarta-feira, os senadores vão discutir projeto do senador Lú-

cio Alcântara (PSDB-CE) prevenido que as cédulas de real apresentem marcas que permitam sua identificação por parte dos deficientes visuais. No total, nove proposições estão na pauta.

PÁGINA 5



Alcântara quer identificação na cédula do real

LDO 1999

Estímulo à geração de empregos será prioridade

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República, prevê estímulo à geração de empregos e à ampliação da oferta de produtos de consumo popular no próximo ano. Os programas incluem ainda apoio à expansão e ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Estão previstos empréstimos e financiamentos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

A LDO estabeleceu também que o orçamento do próximo ano deverá dar prioridade a programas habitacionais para a população carente, bem como ao saneamento básico e à infraestrutura.

PÁGINA 4

TCU investigará denúncia em obra de Sergipe

PÁGINA 2

Projeto exige ônibus urbano mais confortável



Proposta do senador José Eduardo Dutra será examinada pela CAE

PÁGINA 4

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo o Dia - o programa trata sobre a importância da atividade física para a saúde

7h30 - Entrevista Especial UNIP - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista o médico urologista Homero Bruschini, sobre as doenças dos rins

8h30 - Programa Cidadania - debate sobre o papel da instituição de ensino privado em formar o jovem cidadão. Os convidados são Guy Capdeville, da Universidade Católica, e Estevam Augusto, do Ceub

9h30 - Entrevista com o senador Jefferson Peres reforma política

10h - Espaço Cultural - Bogueinho

11h30 - Entrevista Especial UNIP - programa produzido pela Universidade Paulista, onde o médico Drauzio Varella entrevista o médico urologista Homero Bruschini, sobre as doenças dos rins

12h30 - Entrevista com o senador Jefferson Peres reforma política

13h30 - Programa Cidadania - debate sobre o papel da instituição de ensino privado em formar o jovem cidadão. Os convidados são Guy Capdeville, da Universidade Católica, e Estevam Augusto, do Ceub

14h30 - Sessão plenária - não deliberativa - (vivo)

18h45 - Entrevista com o senador Jefferson Peres reforma política

19h30 - Programa Cidadania - debate sobre o papel da instituição de ensino privado em formar o jovem cidadão. Os con-

vidados são Guy Capdeville, da Universidade Católica, e Estevam Augusto, do Ceub

20h30 - "Congresso Hoje"

21h - Especial Unip - documentário produzido pela Universidade Paulista, sobre as plantas medicinais da Amazônia

22h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

1h - "Mulheres em Debate" fala sobre o tabagismo

2h - Especial UNIP - documentário produzido pela Universidade Paulista, sobre as plantas medicinais da Amazônia

3h - Projeto Memória com o ex-senador José Richa

4h - Entrevista com senador Leonel Paiva

5h - "Mulheres em Debate" fala sobre o tabagismo

6h - Projeto Memória com o senador José Richa

6h30 - Entrevista com senador Leonel Paiva

Obs: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, instituições, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)

13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)

Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: BrasilSat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação: ABR, CC, 1, 11.465.600, 256.000, 0FD 1, 17, 1, 7

TCU vai investigar denúncia em obra do governo sergipano

Por solicitação do senador José Eduardo Dutra, Tribunal de Contas da União vai verificar se houve irregularidades em projeto de irrigação

Atendendo a requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu realizar auditoria no projeto de irrigação Jacarecica II, no município de Malhada (SE). De acordo com Dutra, e segundo denúncias publicadas na *Folha de S. Paulo* e no semanário sergipano *Ciniform*, o projeto de irrigação poderá servir aos canais da família do governador do estado de Sergipe. Ofício em que o TCU comunica sua decisão foi apresentado sexta-feira à Mesa do Senado.

Em seu requerimento, Dutra solicitou ao TCU, conforme prevê o artigo 71 da Constituição federal, a inspeção do projeto, assim como do contrato firmado entre o governo

sergipano e as empresas envolvidas (Contécnica e Construtora Norberto Odebrecht). Dutra pediu esclarecimentos sobre vários aspectos do negócio, como a modalidade de contrato entre o estado e as empresas, a experiência das construtoras no setor de irrigação e o valor que o governo pagou pela obra. O contrato foi firmado, de acordo com o senador, pela Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (Cehop) e Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro) e as construtoras particulares.

Em sua justificativa, o senador explicou que "a discussão nacional sobre os problemas gerados pela seca trouxe à tona propostas, refle-

xões e denúncias sobre projetos de irrigação". Ele comentou os objetivos de seu pedido:

— Tal iniciativa visa acima de tudo a resguardar os princípios de legalidade, publicidade e economicidade assegurados pelo texto constitucional, garantir uma relação "asséptica" entre as esferas dos entes público e privado e evitar que os escassos recursos para combater a seca sejam capturados e contaminados pela "banda podre" da corrupção que, lamentavelmente, cerca e debilita o Estado brasileiro.

O Senado aguarda, agora, o resultado da inspeção que será feita pelo TCU com base no voto do ministro-relator José Antonio Barreto de Macedo.

Lobão diz que marasmo marca eleições



Lobão aponta desequilíbrio na "balança eleitoral"

O "princípio da reeleição" e a ausência de financiamento provocando certo "marasmo" na campanha eleitoral deste ano.

A avaliação foi feita, em entrevista, pelo senador Edison Lobão (PFL-MA).

Segundo o senador, o "princípio da reeleição" levará, na prática, à recondução do presidente da República e de todos os governadores candidatos: "Será difícil algum perder. É um desequilíbrio na balança eleitoral a reeleição com o governador no exercício do mandato", afirmou Lobão.

João Rocha cobra recursos para a área habitacional

O senador João Rocha (PFL-TO) sugeriu que o governo federal, os estados e os municípios apresentem programas em parceria com a iniciativa privada para reverter o quadro negativo da construção civil no Brasil, gerando empregos e aumentando a oferta da casa própria. A seu ver, a falta de investimentos na construção de moradias para a população de baixa renda, assim como na construção de rodovias, ferrovias, de centrais de energia elétrica, no saneamento básico e nos sistemas de irrigação agrícola — segundo ele, alguns dos setores mais carentes do país — é uma das maiores causas da estagnação econômica.

— Quando o Estado investe no setor de obras públicas, é imediato o reflexo na economia. No Brasil, a construção civil, com todos os seus segmentos reunidos, movimentava cerca de 15% do PIB nacional e emprega mais de um milhão de brasileiros,

A construção civil movimentava cerca de 15% do PIB nacional e emprega mais de um milhão de brasileiros



mesmo na situação atual — enfatizou o senador, lamentando a falta de decisão política para mudar o quadro.

João Rocha disse estar ciente de que o governo federal não tem recursos para fazer os investimentos necessários. A seu ver, também não basta a Caixa Econômica Federal liberar recursos para o setor habitacional. No seu entender, falta "a contrapartida de estados e municípios em escala que permita criar em todo o país um mutirão da casa própria, por exemplo, para atender à demanda".



TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite: B1
- Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG7 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidores e operadores de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Jânia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djálba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuzza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria dos Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kaluma, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Educação e
Publicações



Projeto de Benedito da Silva tem parecer favorável

CCJ analisa inclusão dos Direitos Humanos na formação de PMs

A pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) prevê para quarta-feira a votação de projeto de lei que inclui o estudo dos Direitos Humanos na formação dos policiais militares. Pelo projeto, de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), o tema poderá ser ministrado em disciplina própria ou através do aprofundamento dos currículos já existentes. Benedita propõe ainda que o processo de mudança nos cursos de formação tenha a participação das entidades envolvidas na defesa dos direitos humanos.

O projeto recebeu parecer favorável do relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR). "É importante que se possa dispor de uma lei federal que mobilize a sociedade e, em especial, as academias de polícia, no sentido de melhorar os conhecimentos de nossos policiais sobre questões relativas aos direitos humanos, capacitando-os para estabelecer contatos mais equilibrados com a população", defendeu o senador paranaense.

Outro ponto importante da pau-

ta da CCJ é o projeto sobre a participação popular no processo orçamentário, recentemente examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que emitiu parecer favorável. O autor da proposta, senador Pedro Simon (PMDB-RS), defende a adoção do orçamento participativo como forma de descentralizar o processo orçamentário e garantir transparência às finanças governamentais. "Ninguém melhor que o beneficiário de uma obra ou serviço público para exercer a fiscalização, o controle e o acompanhamento cotidiano e imediato dos atos da gestão pública", afirma o senador.

O relator do projeto na CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), tem, no entanto, restrições à matéria e vai apresentar parecer contrário. Segundo ele, a proposta não explica em que níveis se daria a participação popular, nem "quem estaria qualificado a participar do processo".

Todo policial, civil ou militar, terá de ser submetido a avaliação psicológica pelo menos uma vez a cada cinco anos. Todo concurso público para a polícia e corpo de bombeiros terá avaliação psicológica do candidato. Essas duas exigências constam de projeto de lei que o Senado apreciará amanhã, primeiro dia de votação do período de esforço concentrado acertado entre as lideranças partidárias e os presidentes das duas Casas do Congresso. O objetivo da proposta é evitar que policiais com distúrbios de

comportamento continuem atuando na rua e portando armas.

O projeto já foi votado na Câmara dos Deputados e, no Senado, recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele apresentou substitutivo propondo algumas mudanças, como a de que a avaliação para os atuais policiais seja feita a cada cinco anos — os deputados queriam avaliação todo ano. O senador pondera que ficará muito caro avaliar anualmente toda a cor-

poração e que dificilmente o perfil psicológico muda no curto prazo.

O substitutivo de Tuma prevê, além disso, que os policiais civis e militares e os bombeiros serão submetidos a avaliação psicológica extraordinária quando demonstrarem comportamento atípico. E mais: quem entrar para a PM ou polícia civil terá nova avaliação psicológica dois meses antes de terminar o estágio probatório, que dura três anos.

O autor do projeto é o deputado Carlos Apolinário (PMDB-SP).

Emenda limita gastos das câmaras e assembleias

Também amanhã, o plenário do Senado apreciará uma emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita os gastos das câmaras de vereadores e das assembleias estaduais. Pela proposta, as despesas com os legislativos municipais ou estaduais serão proporcionais ao número de habitantes. Assim, nenhuma câmara de município com menos de 10 mil habitantes poderá gastar mais que 8% da receita municipal, enquanto nas cidades com mais de 1 milhão de moradores as despesas ficarão limitadas a 3% da arrecadação.

Na mesma sessão será apreciado o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que torna obrigatório o ensino de espanhol nas

escolas de primeiro e segundo graus dos estados que fazem fronteira com países do Mercosul.

O QUE DIZ O PROJETO
Município com menos de 10 mil habitantes poderá gastar até 8% da receita.
Cidade com mais de 1 milhão de moradores só poderá gastar 3% da receita.

Na quarta-feira, os senadores vão discutir, podendo votar, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) prevendo que as cé-

dulas de dinheiro lançadas pelo Banco Central apresentem marcas de identificação tátil que possibilitem sua discriminação pelas pessoas com deficiência visual.

Também na quarta, será apreciada proposta do senador Júlio Campos (PFL-MT) que assegura ao empregado o direito de indicar o banco onde quer receber o salário. Campos afirma que os trabalhadores não são consultados pelas empresas sobre a instituição financeira de sua preferência, sendo imposto o banco que mais interessa ao empresário. Dessa forma, de acordo com o autor do projeto, os empregados tornam-se correntistas quase compulsórios dos bancos escolhidos pelas empresas.



SEGUNDA-FEIRA, 10 DE AGOSTO DE 1998

AGENDA

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

TERÇA-FEIRA (11.8.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão em primeiro turno do "PEC n° 15/98, que dispõe sobre a total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal; "PLS n° 104/96, que dispõe sobre a inclusão de códigos de identificação tátil entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco Central do Brasil; "PLS n° 215/97, que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; e "Projeto de Resolução n° 64/98, que autoriza a União a realizar operação financeira visando ao realocamento de créditos brasileiros junto à República Argentina

tória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis

QUARTA-FEIRA (12.8.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno do "PEC n° 15/98, que dispõe sobre a total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal; "PLS n° 104/96, que dispõe sobre a inclusão de códigos de identificação tátil entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco Central do Brasil; "PLS n° 215/97, que assegura ao empregado a indicação da instituição bancária onde o empregador deverá depositar seu salário; e "Projeto de Resolução n° 64/98, que autoriza a União a realizar operação financeira visando ao realocamento de créditos brasileiros junto à República Argentina

QUINTA-FEIRA (13.8.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro dia de discussão em primei-

ro turno do "PEC n° 15/98, que dispõe sobre a total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal; e "PLC n° 39/97, que dispõe sobre a prática desportiva da caçoeira; "Requerimento n° 365/98, do senador Otacir Soares, solicitando a tramitação conjunta do PEC n° 19/98 com a de n° 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juízes classistas; e "Requerimento n° 458/98, do senador Ernandes Amarim, solicitando audiência da CCJ sobre a PR n° 47/98, que autoriza a estado de Rondônia a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de 146 milhões.

SEXTA-FEIRA (14.8.98)

9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

TERÇA-FEIRA (11.8.98)

Comissão de Assuntos Econômicos
10h - Pauta: "PLC n° 82/96, que dispõe

sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; "PLC n° 119/95, que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae; "PLC n° 96/94, que altera a Lei n° 7.998, que "regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT; "PLC n° 76/95, que dispõe sobre as prestações devidas a ex-combatente segurado da Previdência Social; "PLS n° 89/98, que modifica a Lei Complementar n° 82/95; e "PLS n° 126/98, que dá nova redação ao artigo 52 da Lei n° 8.171/91, sobre a política agrícola. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

QUARTA-FEIRA (12.8.98)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

10h - Pauta: "PEC n° 52/95, que suprime o § 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC n° 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais; "PEC n° 31/96, que suprime os § 2º e

§ 3º do artigo 223 da Constituição federal, referentes a outorga e renovação de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; "PLS n° 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; "PLS n° 171/96, que estabelece normas de acesso ao Siah - Sistema de Administração Financeira; "PLS n° 273/96, que institui o estudo das diretrizes humanas na formação policial; e "PLS n° 228/97, que dispõe sobre a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa, de produtos e serviços relacionados a sexo e a erotismo. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

TERÇA-FEIRA (11.8.98) e QUARTA-FEIRA (12.8.98)
Das 9h às 18h - Conferência Internacional Renda Mínima - Discussões e Experiências. Auditório Patrícia Portella
QUARTA-FEIRA (12.8.98)
Cultura ao Meio-Dia
Filme: O Corpo, de José Antônio Garcia. Auditório Patrícia Portella

LDO prevê estímulo à geração de empregos

Programas de apoio à criação de novos postos de trabalho e à ampliação da oferta de produtos de consumo popular deverão ter recursos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, segundo lei sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso

O estímulo à criação de empregos e à ampliação da oferta de produtos de consumo popular é uma das prioridades do governo para a aplicação dos recursos orçamentários no próximo ano. A medida foi estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 1999, aprovada pelo Congresso no dia 1º de julho e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no último dia 28.

Para esses programas, que incluem ainda apoio à expansão e desenvolvimento das pequenas e médias empresas, estão previstos financiamentos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, que são as agências financeiras oficiais de fomento encarregadas de projetos na área social. A definição dos programas e o montante de recursos deverão ser fixados pela proposta de orçamento da União para 1999, a ser enviada pelo governo e apreciada pelo Congresso até o dia 15 de dezembro.

A LDO estabeleceu também que o orçamento do próximo ano deverá dar prioridade a programas habitacionais para a população mais carente, além de saneamen-

to básico e infra-estrutura urbana. Os recursos para esses programas virão da Caixa Econômica Federal.

O setor agrícola deverá receber recursos do Banco do Brasil com o objetivo de aumentar a oferta de alimentos para o mercado interno e de produtos agrícolas destinados à exportação. O fortalecimento do Mercosul é outra preocupação do governo e do Congresso. A LDO de 99 garante apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para capacitação tecnológica na indústria, agricultura e infra-estrutura, com vistas à melhoria da competitividade do país e também à geração de empregos.

Para a redução das desigualdades sociais nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a LDO sugere a adoção de projetos de desenvolvimento sócio-econômico e maior eficiência na aplicação dos fundos constitucionais, tais como FNO, FNE e FCO, respectivamente para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Esses fundos são administrados pelo Banco da Amazônia S.A., Banco do Nordeste e Banco do Brasil.

Melo elogia medidas do governo

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) elogiou as medidas anunciadas pelo governo para combater os índices de desemprego observados na economia brasileira. O parlamentar apontou o conjunto de iniciativas como uma "sinalização clara, a completa visibilidade que o presidente Fernando Henrique Cardoso está dando à sua preocupação com o desemprego".

No entender do senador, decisões como as que facultam a redução da jornada e a suspensão temporária do contrato de trabalho representam efetivo alívio para os encargos das empresas e abrem reais possibilidades de geração de empregos. "Não há ninguém que goste de conviver em uma sociedade com altos índices de desemprego, muito menos quem a governa", justificou.

Geraldo Melo destacou que o desemprego não é um problema apenas brasileiro, mas "um mal deste final de século que atinge em graus variados das economias desenvolvidas às mais atrasadas". Na raiz dessa



Geraldo Melo classifica desemprego como "um mal de final de século"

"doença", o senador identifica a questão tecnológica, que eleva a produtividade do trabalho e libera mão-de-obra. A seu ver, a globalização econômica também contribui para a redução de postos de trabalho.

Os estudiosos dessas questões, acredita, em breve terão que se voltar para uma avaliação "da grande revolução que o próximo século vai trazer".

Ônibus mais confortáveis

O projeto de José Eduardo Dutra estabelece que ônibus urbanos tenham:



Segundo estudo feito pelo Ministério do Trabalho, as mudanças resultariam em aumento máximo de 12% no preço da passagem.

Empresas terão dois anos para se adaptar, após a vigência da lei.

- motor localizado na parte traseira ou central;
- motor isolado térmica e acusticamente do compartimento de passageiros;
- transmissão automática

CAE apreciará projeto que exige ônibus urbanos mais confortáveis

Projeto de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que obriga fabricantes a fazer modificações para tornar mais confortáveis os ônibus urbanos, poderá ser votado em breve pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta tem parecer favorável do relator, ex-senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), e encontra-se entre as matérias a serem examinadas pela comissão.

De acordo com Dutra, os ônibus hoje destinados ao transporte urbano são ruidosos e desconfortáveis. Pela sua proposta, eles passarão a ser equipados com motor de tração localizado na parte traseira ou central, além de isolados térmica e

acusticamente no compartimento de passageiros. A transmissão deverá ser automática, e os fabricantes nacionais e importadores terão o prazo de dois anos para atender a essas exigências após a vigência da lei.

Ao justificar seu projeto, José Eduardo Dutra ressalta que o Brasil é hoje o maior mercado mundial de ônibus e também o maior fabricante, "produzindo, com folga, entre 12 e 15 mil unidades por ano", fato que, a seu ver, justifica a possibilidade imediata de transformações nos veículos. Por outro lado, ressalta, os ônibus interestaduais e internacionais que operam na América do Sul estão entre os mais confortáveis do mundo.

— Essa modernização, no entanto,

não contemplou da mesma forma os ônibus urbanos, nos quais motoristas e passageiros sofrem com os carros produzidos sobre carrocerias de caminhões, fabricados a partir de um projeto superado tecnologicamente — argumenta o senador. Segundo Dutra, o motorista de ônibus urbano brasileiro fica estressado porque troca em média 4 mil marchas por dia, "o que compromete sua atenção ao tráfego, justificando, portanto, a obrigatoriedade do câmbio automático".

As mudanças propostas por Dutra, conforme explica, resultariam em aumento de tarifa de, no máximo, 12%, segundo estudo feito pelo Ministério do Trabalho.

Comissão discute garantia de abono

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciará amanhã, a partir das 10h, o projeto que altera a Lei nº 7.998, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O projeto prevê a garantia de re-

cebimento do abono salarial no valor de um salário mínimo aos empregados que tenham obtido até dois salários mínimos médios de remuneração mensal, exercido atividade remunerada pelo menos durante 30 dias no ano-base e que estejam cadastrados há pelo menos três anos no Fundo de Partici-

pação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional do Trabalhador.

A CAE apreciará também projeto que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, provenientes das contribuições do comércio e da indústria, para o sistema de saúde.